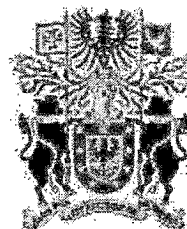




Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Representação Parlamentar
do PCP Açores



Exma. Senhora Presidente da
Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores

N/ref: 274 RPPCP/XI/2018
Data: 10 de julho de 2018
Assunto: Apresentação de Requerimento

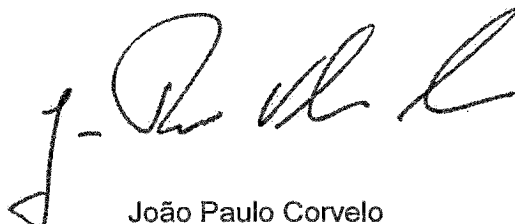
Exma. Senhora Presidente:

Ao abrigo do artigo 182º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Representação Parlamentar do PCP apresenta o Requerimento anexo ao presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

Santa Cruz das Flores, 10 de julho de 2018

O Deputado do PCP Açores



João Paulo Corvelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 2494	Proc. n.º 54.04.05
Data: 018/07/10	N.º 491/21

Requerimento

A empresa conserveira Santa Catarina iniciou atividade na Vila da Calheta de São Jorge nos anos 40 do último século. Esta empresa é parte integrante da memória e identidade calhetense, com marcante impacto na economia regional.

A fábrica de Santa Catarina foi reativada no dia 5 abril de 1995 pela Câmara Municipal da Calheta, com a fundação da Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A., sendo que no ano de 2009 a empresa foi adquirida pelo Governo Regional.

É de conhecimento público que estão em curso negociações para a privatização da empresa conserveira Santa Catarina. No entanto, todo esse processo tem sido omitido da população. É inaceitável e inadmissível a falta de informação imposta aos trabalhadores por parte da Administração da empresa.

Impõe-se, portanto, que os trabalhadores da empresa Santa Catarina, bem como a população em geral, sejam devidamente esclarecidos pelo Governo Regional sobre qual o futuro desta empresa, tendo em conta o impacto económico que a mesma tem na Ilha de São Jorge.

Considerando que esta privatização é mais um passo para o abandono das indústrias locais por parte do Governo Regional, devido ao seu foco pelo turismo.

Considerando que esta empresa foi distinguida com o prémio das conservas mais sustentáveis do mundo, outorgado pela Greenpeace e tem conseguido arrecadar reconhecimento através de distintos prémios para os seus produtos.

Considerando que muitas vezes as privatizações realizadas nos Açores não têm obtido o sucesso que é garantido pelo Governo Regional, tendo este já realizado um forte investimento de capital na empresa Santa Catarina.

Considerando o impacto que terá a privatização de uma indústria fundamental para a economia local da Ilha de São Jorge.

Considerando que a conserveira Santa Catarina atualmente tem uma produção acima de satisfatória, tendo em conta que 40% dos produtos são para o estrangeiro e a marca está constantemente a ser introduzida em novos mercados.

Considerando que é uma indústria que se dedica exclusivamente ao fabrico de conservas de atum, que prima pela excepcional qualidade dos seus produtos, aliando a tecnologia aos ancestrais métodos artesanais.

Considerando que a fábrica de Santa Catarina é atualmente a principal empregadora da Ilha de São Jorge, com 139 elementos, sendo 19 masculinos e

120 femininos. Estes números de postos de trabalho criados é algo muito significativo para uma ilha dita pequena ou ilha de periferia, o que constitui em si um autêntico projeto de responsabilidade social assumido por esta empresa.

Considerando que a inexistência de informações relativas à estratégia de investimento e capitalização da empresa Santa Catarina tem levado a um impasse na própria empresa que irá sair prejudicada de toda esta espera.

Considerando o infeliz e triste exemplo do encerramento da fábrica da COFACO na Ilha do Pico, que faz refletir sobre o futuro da fábrica de Santa Catarina na Ilha de São Jorge, caso seja entregue a privados que já anteriormente provaram que não são a melhor solução.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita com urgência ao Governo Regional as seguintes informações:

A privatização anunciada em fevereiro de 2018 sempre avançará?

Qual é a estratégia de compra da empresa? Qual é o caderno de encargos?

Já existem negociações a decorrer para a privatização da empresa conserveira Santa Catarina? Em caso afirmativo, quais são os interessados?

Quais são as garantias que o Governo Regional vai defender caso a privatização seja concretizada?

Existe a garantia que todos os funcionários estão inseridos nessa negociação?

Afirmou-se que será feita uma alienação da maioria do capital social da Santa Catarina e não da sua totalidade. Qual o montante que será privatizado?

Caso a privatização não avance, qual vai ser a estratégia de investimento adotada pelo Governo Regional para apoiar a capitalização da empresa?

Santa Cruz das Flores, 10 de julho de 2018

O Deputado do PCP Açores





Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
**Representação Parlamentar
do PCP Açores**



João Paulo Corvelo